



ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Floresta do Araguaia – PA, 30 de junho de 2021.

Processo Licitatório N° 015/2022

Pregão Eletrônico N.º 012/2022/SRP

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção e elétrico em geral, para suprir as necessidades das Secretarias e Fundos Municipais de Floresta do Araguaia-PA.

A empresa **LUKAUTO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA-EPP**, inscrita sob o CNPJ nº 13.545.473/0001-16, sediada na Rua Marechal Octávio Saldanha, 8422 - Pinheirinho – CEP 81.150-060, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, apresentou **IMPUGNAÇÃO** aos termos do edital, que seguem com a apreciação deste Pregoeiro:

I - DA TEMPESTIVIDADE:

Afere-se que a interessada preenche os requisitos gerais para a apresentação da medida e está dentro do prazo regular, pelo que se deve proceder à análise do presente pleito.

II – DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

A impugnante ataca as normas editalícias, alegando haver ilegalidades, notadamente quanto ao prazo exigido para a entrega dos produtos licitados.

No bojo de suas alegações, a impugnante afirma que o prazo de entrega é impossível de cumprimento, uma vez que sua empresa é localizada distante do Município de Floresta do Araguaia – PA e que devido a este fato a licitação está direcionada unicamente a empresas sediadas na região da Administração, alega ainda que tal prazo acarreta ônus a sua empresa e afeta o princípio da competitividade, lançando os seguintes “pedidos”:

- a) **Seja “DEFERIDO” nossa solicitação de prorrogação de prazo da entrega da mercadoria, com intuito de ampliação da disputa e a participação de empresas especializadas pelo fornecimento que comprovadamente reúnam condições para licitar e contratar com este Órgão, observadas as questões de garantias, especificação e qualidade, bem como todas as normas técnicas brasileiras vigentes;**



ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

- c) Determinar, que nas futuras licitações, para efeito de habilitação dos interessados, abstenha-se de fazer exigências que excedam aos limites fixados nos artigos. 27 a 33 da Lei nº 8.666, de 1993;

III – DO JULGAMENTO MÉRITO:

Vamos ao julgamento:

Preliminarmente, cabe elucidar que em 29 de junho do corrente ano, o Município de Floresta do Araguaia - PA, por intermédio da Comissão de Licitações, lançou edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2022/SRP, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção e elétrico em geral, para suprir as necessidades das Secretarias e Fundos Municipais de Floresta do Araguaia-PA.

Não há de se questionar que o cumprimento das regras estabelecidas no edital, é dever supremo da Administração Pública como também do licitante que participa, até porque a regra do instrumento convocatório está amparada no artigo 3.º da Lei nº 8.666/93, elencadas abaixo:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Com isso, cabe ressaltar que o referido Edital ao estabelecer o prazo de entrega de 03 (três) dias, não ofende veementemente o disposto na Constituição Federal, uma vez que, a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa, atendendo assim o interesse público.

Portanto, não é de forma alguma objetivo desta Administração Municipal alijar licitantes, pelo contrário, todos os procedimentos visam garantir os princípios basilares da licitação pública, tais como a isonomia, competitividade, legalidade e eficiência.

Assim, conforme o ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do presente edital, o prazo de entrega dos produtos será de até 03 (três) dias após o recebimento da ordem de compra, devendo ainda a contratada, em caso dos produtos apresentarem defeitos ou não estiverem em conformidade com o edital, substituí-los em até 02 (dois) dias a contar da notificação.

Cabe esclarecer, que o Município de Floresta do Araguaia é relativamente pequeno quando se refere a orçamento e estrutura física, não possuindo ainda almoxarifado para o armazenamento adequado dos produtos, o que impede a realização de grandes compras para manutenção de um estoque grande,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

afastando possível alegação de falta de planejamento. Observa-se que na elaboração do termo de referência, foram observadas as necessidades da Administração na aquisição dos produtos no prazo de até 03 (três) dias após a emissão da ordem de compra, e justifica que tais objetos, serão utilizados para reparos, manutenções e reformas dos prédios públicos utilizados no dia a dia das Secretarias do Município, dentre estes prédios estão a Unidades Escolares administradas pela Secretaria de Educação do Município, Hospital e Unidades Básicas de Saúde administrados pela Secretaria de Saúde do Município, e outros que por vezes necessitam de reparos emergenciais considerando que muitos desses prédios possuem a estrutura elétrica antiga, não sendo possíveis novas instalações de acordo com a legislação, pois não suportariam a carga adicional de energia, assim como também possuem estrutura de esgoto e hidráulica antiga, dependendo de manutenções corretivas emergenciais, uma vez que é impossível prever qual e quando o problema surgirá, restando claro que a demora no atendimento das necessidades pode acarretar grandes danos Sociais e Econômicos aos Municípios.

Dessa forma, os prazos estipulados no edital não visam limitar a participação dos licitantes, nem ferem os princípios norteadores do sistema jurídico vigente, mas buscam atender o interesse público primário, que alcança o interesse da coletividade e possui supremacia sobre o particular.

Neste sentido, cabe citar o pronunciamento dos tribunais nacionais:

*A licitação, procedimento anterior ao contrato administrativo, tem como princípio basilar a vinculação ao instrumento convocatório, que é lei interna do próprio certame e, por isso, deve ser cumprido em sua totalidade, é através dele que ficam estabelecidas as regras para o posterior cumprimento do contrato, faltante um item exigido pelo edital, inabilita-se o proponente. (...) o princípio da isonomia deve ser interpretado de forma sistêmica ao princípio da vinculação do edital, pois este estabelece as regras do certame e aquele garante, dentro da própria licitação, a justa competição entre os concorrentes, **a isonomia não deve ser tratada única e exclusivamente como direito dos licitantes, mas também como um conjunto de deveres e limitações impostas pelo próprio edital.** (Tribunal de Justiça de Santa Catarina, MS n.º 98.008136-0, Rel. Des. Volnei Carlin, j. 14.08.02)(grifo nosso).*

É importante ainda elucidar, que é dever do Administrador Público garantir contratação vantajosa a fim de que seja preservado o interesse da coletividade, haja vista que tal interesse sempre vai se sobrepor ao interesse de particulares.

E não se pode a Administração pública, por amor à competição, deixar de prever requisitos que sejam *legais, relevantes e pertinentes* ao atendimento do objeto perseguido, à luz do interesse público, porque não é assa a *ratio legis*.



ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

É oportuno salientar que não cabe à iniciativa privada intervir na conveniência e oportunidade da Administração Pública em suas escolhas fundamentada em suas necessidades.

Constata-se que a impugnante pretende adentrar na discricionariedade da administração, pois está querendo ensinar como a Instituição deve agir na aquisição de seus bens. E aceitar esse tipo de interferência na aquisição pública seria privilegiar o interesse particular em detrimento do interesse público.

Ressalte-se que em um processo de seleção de propostas, o que caracteriza a Licitação, é o dever da Administração buscar a oferta que lhe seja mais vantajosa, em atendimento ao Princípio básico enumerado no Art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Noutro ponto, especificamente no pedido elencado na letra “c)”, a impugnante descabidamente tenta fazer determinações a esta Administração Pública para que nas futuras licitações, abstenha-se de fazer exigências que não estejam dentro dos limites fixados nos Art. 27 a 33 da Lei nº 8.666/93, dando a entender que contem exigências ilegais no ato convocatório quanto a fase de habilitação, porém surpreendentemente não cita quais seriam tais exigências ilegais, restando evidente que a intenção da impugnante é somente de protelar o julgamento do referido processo.

Porquanto comprovado está que a alteração sugerida pela impugnante inviabilizará o alcance do objetivo da licitação, por não atender as necessidades desta Instituição.

Assim, vê-se que o presente Edital não viola o princípio da isonomia, pois não estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação, não prevê exigência desnecessária e não impõe requisitos desproporcionados e, também, não adota discriminação ofensiva dos valores constitucionais ou legais.

IV - CONCLUSÃO:

Pelo acima exposto, ancorado na justificativa apresentada e comprovado que as cláusulas do Edital e seus Anexos estão em consonância com a legislação aplicável e visam atender as necessidades do Município de Floresta do Araguaia e o interesse público, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 37, XXI, 2ª parte, da Constituição Federal, o Pregoeiro recebe a presente Impugnação por própria e tempestiva, porém, no mérito nega-lhe provimento e julga-a **IMPROCEDENTE**, mantendo inalterados os termos do edital.

DIVAILTON MOREIRA DE SOUZA
PREGOEIRO
DECRETO Nº 189/2021